

# DIREITO INDIVIDUAL E COLETIVO DO TRABALHO

## 1) Sobre equiparação salarial:

I. O empregado que na empresa passa a ocupar cargo vago em caráter definitivo faz jus ao mesmo salário que vinha sendo pago ao antecessor, desde que observados os requisitos previstos no art. 461 da CLT.

II. Para que seja assegurada a equiparação salarial, o equiparando e o paradigma não podem ter diferença de tempo de serviço, prestado ao mesmo empregador e na mesma localidade, superior a dois anos.

III. O exercício de função idêntica pelo equiparando e o paradigma, em turnos de trabalho diversos, constitui óbice ao pleito de equiparação salarial, vez que não observado o requisito da simultaneidade na prestação dos serviços.

IV. A existência nas empresas privadas de quadro de pessoal organizado em carreira, desde que homologado pelo Ministério do Trabalho, constitui fato impeditivo da equiparação salarial, cabendo ao empregador comprová-la quando demandado em juízo.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## 2) Sobre fontes do Direito do Trabalho:

I. Os acordos coletivos, as convenções coletivas e as sentenças normativas são considerados fontes autônomas do Direito do Trabalho.

II. A lei é a fonte material por excelência do Direito do Trabalho.

III. A hierarquia entre as diversas fontes do Direito do Trabalho se define em consonância com o caráter social e teleológico desse ramo jurídico especializado, fazendo prevalecer, dentro de uma situação concreta, a norma mais favorável ao empregado.

IV. Pela teoria do conglobamento, para se buscar no ordenamento a norma mais favorável ao obreiro deve ser verificado não o caso concreto individual que se apresenta, mas o trabalhador de forma objetiva, considerando para isso o conjunto normativo delineado em função da matéria tratada.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## 3) A respeito da renúncia e da transação no Direito do Trabalho:

I. Ao contrário da transação, o instituto da renúncia no Direito do Trabalho sofre limitações, tendo em vista o caráter cogente de suas normas.

II. Não se admite a renúncia de direitos pelo empregado no curso do contrato de trabalho.

III. A jurisprudência pátria dominante admite a transação extrajudicial entre empregado e empregador que resulte em rescisão do contrato de trabalho em virtude da adesão a plano de demissão voluntária, quitando todas as parcelas oriundas do extinto pacto laboral, ainda que não discriminadas no recibo.

IV. A transação extrajudicial realizada perante a Comissão de Conciliação Prévia não terá eficácia liberatória geral.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

#### **4) Sobre princípios do Direito do Trabalho:**

I. O art. 468 da CLT, que restringe a possibilidade de alteração nas condições de trabalho pactuadas pelas partes, de forma expressa ou tácita, observa o princípio da condição mais benéfica.

II. A sucessão de empregadores, regulada pelos artigos 10 e 448 da CLT, em sua definição clássica, tem como suporte o princípio da continuidade da relação de emprego, o mesmo se podendo dizer da regra jurisprudencial que confere ao empregador o ônus da prova do despedimento do empregado.

III. Havendo dúvida fundada quanto ao alcance da norma trabalhista a ser aplicada ao caso concreto, bem como em relação à prova produzida no processo, deverá o julgador, na condição de intérprete, decidir em favor do empregado, invocando o princípio do *in dubio pro operario*.

IV. A regra legal que transfere a apenas uma das partes do contrato de trabalho os riscos da atividade econômica consagra o princípio da alteridade, peculiar ao Direito do Trabalho.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

#### **5) De acordo com a jurisprudência pacificada do TST em relação aos bancários:**

I. O caixa bancário, ainda que caixa executivo, não exerce cargo de confiança, estando sujeito à jornada de seis horas diárias, salvo se a gratificação percebida for igual ou superior a um terço do salário do posto efetivo.

II. Considera-se bancário o empregado de empresa de processamento de dados que presta serviço a banco integrante do mesmo grupo econômico, exceto quando a empresa de processamento de dados presta serviços a banco e a empresas não bancárias do mesmo grupo econômico ou a terceiros.

III. Não tem natureza salarial a parcela paga aos bancários sob a denominação “quebra de caixa”, tendo em vista que visa apenas indenizar o empregado por eventuais perdas pecuniárias no exercício de sua atividade.

IV. Apenas o vigilante contratado diretamente por banco é considerado bancário, o mesmo não se verificando quando a contratação se dá por empresa terceirizada.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

#### **6) Sobre contratos por prazo determinado:**

I. Havendo cláusula assegurando aos contratantes o direito recíproco de rescisão antecipada do contrato de trabalho, uma vez rompido sem justo motivo o pacto celebrado por prazo determinado, por iniciativa do empregador, o empregado fará jus ao aviso prévio.

II. Não se adquire estabilidade provisória em razão de gravidez ocorrida no curso do contrato de experiência, extinguindo-se normalmente o pacto quando do advento do seu termo final.

III. O contrato de trabalho por prazo determinado não poderá ser estipulado por mais de dois anos, salvo o de experiência que não poderá exceder a noventa dias, sendo possível apenas uma única prorrogação por igual período.

IV. A CLT não admite a sucessividade de contratos a termo dentro de um período de seis meses entre um e outro, considerando, nesse caso, o segundo pacto como sendo por prazo indeterminado.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

#### **7) Sobre gorjetas:**

I. As gorjetas integram a remuneração do empregado quando pagas espontaneamente pelo cliente ou quando cobradas pelo empregador na nota de serviço, servindo, assim, como base de cálculo das gratificações natalinas, férias e repousos semanais remunerados.

II. As gorjetas cobradas na nota de serviço e pagas compulsoriamente pelos clientes para distribuição entre os empregados podem compor o cálculo do salário mínimo devido pelo empregador por força do contrato de trabalho.

III. Não se constituindo parcela salarial de acordo com a definição legal, as gorjetas não têm repercussão nas contribuições previdenciárias e nem servem de base de incidência para o cálculo dos recolhimentos mensais de FGTS.

IV. A multa devida por conta de atraso na quitação das verbas rescisórias (art. 477, §8º, da CLT) deve ser calculada considerando o valor médio mensal das gorjetas percebidas pelo empregado.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## **8) Quanto à duração do trabalho:**

I. Nos casos de excesso de horário por motivo de força maior, a remuneração da hora excedente poderá não ser superior ao valor estabelecido para a hora normal.

II. O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho de difícil acesso, em condução oferecida pelo empregador de forma onerosa, deverá ser computado na jornada de trabalho.

III. No curso do contrato de trabalho, empregado e empregador poderão adotar através de acordo individual, chancelado por instrumento decorrente de negociação coletiva, o regime de tempo parcial, reduzindo a duração da jornada de trabalho para vinte e cinco horas semanais, bem como o salário de forma proporcional.

IV. Trata-se o turno ininterrupto de revezamento de um sistema de trabalho que impõe ao empregado o cumprimento de sua jornada em turnos diversos, que variam a cada semana, quinzena ou mês, considerando as várias fases do dia, assegurando-se, na hipótese, a jornada de seis horas diárias, observada a interrupção para o gozo do intervalo legal.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## **9) No que diz respeito às jornadas especiais de trabalho:**

I. Aos empregados nos serviços de telefonia, e mesmo aos telefonistas de mesa de empresa que não explora o serviço de telefonia, a norma legal assegura uma jornada de cinco horas diárias ou trinta horas semanais.

II. A jornada normal de trabalho dos empregados em minas de subsolo não poderá exceder a sete horas diárias, assegurada uma pausa de quinze minutos para cada período de três horas consecutivas de trabalho, a qual será computada na duração normal de trabalho efetivo.

III. O professor não poderá ministrar, por dia, mais de quatro aulas consecutivas, nem mais de seis intercaladas, mesmo que em estabelecimentos de ensino diversos.

IV. O jornalista, mesmo quando executa unicamente serviços externos, tem jornada normal de trabalho de cinco horas diárias.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## **10) Sobre a natureza jurídica da relação de emprego:**

I. As teorias contratualistas tradicionais buscaram explicar a natureza jurídica da relação de emprego a partir de formulações teóricas civilistas já consolidadas, deixando de atender para os aspectos inovadores e distintivos dessa novel figura que surgia no mundo jurídico na segunda metade do século XIX.

II. As teorias contratualistas modernas afirmam que a relação de emprego tem natureza contratual, vez que o seu núcleo essencial de formação reside no elemento vontade, distinguindo-se, no entanto, das demais relações jurídicas contratuais correlatas por ter como objeto uma obrigação de fazer, no caso, a prestação de trabalho.

III. As teorias acontratualistas sustentam que a liberdade e a vontade do trabalhador não são relevantes para a formação e desenvolvimento da relação empregatícia, mas sim a situação jurídica objetiva revelada pela prestação de serviços.

IV. A teoria da relação de trabalho constitui uma manifestação do pensamento acontratualista, que sustenta não ser o ato de vontade essencial na constituição da relação jurídica trabalhista, mas sim o fato objetivo da prática de atos de emprego.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

### **11) Sobre os sistemas sindicais:**

I. No Brasil adota-se como regra o critério do sindicato por categoria, que reúne os trabalhadores de empresas que atuam no mesmo ramo de atividade econômica ou que tenham atividades econômicas similares.

II. A norma constitucional não veda a criação de sindicatos por empresa, assim considerados aqueles que agregam trabalhadores vinculados a uma mesma unidade empresarial.

III. A Convenção 87 da OIT, que adota o sistema da liberdade sindical plena, recomenda o pluralismo sindical e refuta a idéia da unidade sindical.

IV. A Constituição de 1988 adotou o princípio da liberdade sindical ao vedar a interferência e intervenção estatal na organização dos sindicatos, muito embora ainda trazendo em seu bojo alguns resquícios do regime corporativista.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

### **12) A respeito da greve no direito pátrio:**

I. Constitui abuso do direito de greve a manutenção da paralisação após a celebração de acordo ou convenção coletiva.

II. A paralisação das atividades empresariais, por iniciativa do empregador e para dificultar o atendimento de reivindicações dos empregados, é vedada por lei, podendo ensejar a rescisão indireta do contrato de trabalho, além de que, o período de afastamento do empregado será considerado como de mera interrupção contratual.

III. Para deflagração de um movimento de greve deve haver a tentativa anterior de negociação, a aprovação em assembléia convocada pelo sindicato observadas as formalidades para convocação e quórum, o aviso prévio aos empregadores envolvidos ou aos seus respectivos sindicatos e o respeito ao atendimento às necessidades inadiáveis da comunidade em caso de paralisação em serviços ou atividades essenciais.

IV. A legislação brasileira admite como lícitas as chamadas greves políticas ou de solidariedade.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

### **13) Sobre prazos no processo do trabalho:**

I. Sendo a parte intimada no sábado para praticar determinado ato processual em cinco dias, o início da contagem do prazo se dará a partir do primeiro dia útil que se seguir ao da intimação.

II. Ocorrendo a intimação durante o recesso forense (entre 20 de dezembro e 6 de janeiro), o prazo processual começa a contar a partir do primeiro dia útil após o recesso; se a intimação se dá antes do recesso, haverá a suspensão do prazo a partir de 20 de dezembro, vez que o recesso forense tem a mesma natureza e efeito processual dos feriados no processo civil, subsidiariamente aplicável à hipótese.

III. Os prazos dilatórios podem ser reduzidos ou prorrogados pelas partes, desde que mediante acordo, independentemente de fundamentação, cabendo ao juiz fixar o novo dia para o vencimento.

IV. O Ministério Público do Trabalho somente dispõe de prazo em dobro para recorrer quando atua como *custos legis*, não lhe assegurando a lei o mesmo direito quando compõe um dos pólos da relação processual.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

### **14) Analise as proposições abaixo e responda:**

I. A audiência inicial para tentativa de conciliação e apresentação de defesa deve ser designada observando-se o interstício de vinte dias contados da propositura da reclamação trabalhista, quando se tratar de ação movida contra órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional.

II. O prazo para comprovação do pagamento das custas processuais, em caso de recurso, sempre a cargo da parte recorrente, é de cinco dias contados do seu recolhimento.

III. Não se pode exigir o pagamento de custas processuais, para fins de admissibilidade de recurso, quando a parte recorrente se tratar de massa falida ou de empresa em liquidação extrajudicial.

IV. No processo do trabalho, sempre que se tratar da hipótese de litisconsortes com procuradores diferentes, os prazos para contestar e recorrer devem ser contados em dobro.

- a) Há apenas uma proposição correta.

- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

**15) Especificamente sobre os embargos de declaração no processo do trabalho:**

- I. São cabíveis embargos de declaração para se obter pronunciamento judicial, na sentença ou no acórdão, sobre questão que deveria ter sido conhecida de ofício pelo juiz no momento de proferir a decisão, mesmo que as partes não a tenham suscitado no curso do processo.
- II. Os embargos de declaração não conhecidos por ausência dos pressupostos extrínsecos de admissibilidade não interrompem o prazo recursal; quando apreciados no mérito, o efeito interruptivo beneficia não apenas a parte embargante.
- III. Aplicam-se aos embargos declaratórios os princípios recursais da fungibilidade e da *non reformatio in pejus*.
- IV. Sendo os embargos de declaração manifestamente protelatórios, o embargante poderá ser condenado ao pagamento de uma multa em favor da parte contrária não excedente de 1% (um por cento) sobre o valor da causa; na hipótese de reiteração do mesmo recurso com idêntico fim protelatório, uma nova multa poderá ser aplicada, de até 10% (dez por cento) também sobre o valor da causa, condicionando-se a interposição de qualquer outro recurso ao depósito do valor respectivo.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

**16) Sobre execução trabalhista:**

- I. Na execução trabalhista, a citação deve ser feita na pessoa do devedor, de seu representante legal ou de procurador com poderes expressos para recebê-la, sendo inválida quando efetivada na pessoa do preposto já devidamente habilitado nos autos na fase de conhecimento.
- II. A lei considera impenhoráveis os utensílios e instrumentos de trabalho, desde que imprescindíveis para o exercício da profissão do devedor.
- III. A cédula rural pignoratícia ou hipotecária pode ser objeto de penhora na execução trabalhista.
- IV. Não contendo a CLT mandamento específico, a ordem preferencial de bens penhoráveis para fins de nomeação pelo devedor deve ser a prevista no Código de Processo Civil, de aplicação supletiva na execução trabalhista, que prevê a seguinte seqüência: dinheiro, pedras e metais preciosos, títulos da dívida pública, títulos de créditos, móveis, veículos, semoventes, imóveis, navios e aeronaves, direitos e ações.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

### **17) Quanto ao tema da expropriação de bens do devedor:**

I. Pela sistemática adotada na CLT, os bens penhorados poderão ser vendidos por meio de praça única, pelo maior lance oferecido, tendo o exequente preferência em relação a terceiros licitantes para adjudicá-los pelo valor de seu crédito, respeitado o limite da avaliação.

II. O leilão na execução trabalhista apenas poderá ocorrer quando infrutífera a praça realizada.

III. A remição pelo executado somente é possível na execução trabalhista quando satisfaz integralmente a obrigação.

IV. Na execução trabalhista, o arrematante deverá garantir o lance oferecido com o depósito imediato de 20% (vinte por cento) do seu valor, em dinheiro, devendo quitá-lo integralmente no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de perder o sinal em favor da execução.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

### **18) Em relação às ações coletivas no processo do trabalho:**

I. Tratando-se da defesa de interesses metaindividuais trabalhistas, a natureza jurídica da legitimação ativa se define de acordo com o interesse que se busca proteger.

II. O Ministério Público do Trabalho poderá agir na qualidade de legitimado autônomo quando propõe ação civil coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos.

III. A sentença que julga improcedente ação civil pública proposta com o fim de proteger interesse coletivo, sob o fundamento de insuficiência de provas, não faz coisa julgada *erga omnes*, mas *ultra partes*, limitada ao grupo, categoria ou classe atingidos.

IV. A sentença que julga improcedente ação coletiva proposta pelo Ministério Público do Trabalho, com o fim de proteger interesses individuais homogêneos, não faz coisa julgada material em relação aos interessados individuais que não atuaram diretamente no processo.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

### **19) Sobre ação rescisória no processo trabalhista, conforme a lei e a jurisprudência pacificada do TST:**

I. A legitimidade *ad causam* do Ministério Público do Trabalho para propor ação rescisória limita-se a duas hipóteses legais expressamente mencionadas no CPC: se não foi ouvido no processo que deu origem à decisão rescindenda, quando lhe era



obrigatória a sua intervenção; quando a sentença é o efeito de colusão das partes, a fim de fraudar a lei.

II. O prazo de dois anos para propositura de ação rescisória é decadencial, daí porque, quando se expira no sábado, domingo ou feriado, não tem como se prorrogar até o primeiro dia útil subsequente.

III. A ação rescisória se trata de uma ação de conhecimento, de natureza constitutivo-negativa, que exige o contraditório, cabendo ao réu contestá-la dentro do prazo assinalado pelo juiz de quinze a trinta dias, sob pena de ser considerado revel, operando-se os efeitos da *ficta confessio*.

IV. Em todas as hipóteses de admissibilidade da ação rescisória, o prazo decadencial de dois anos para o seu ajuizamento é contado do dia imediatamente subsequente ao trânsito em julgado da última decisão proferida na causa, seja de mérito ou não.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **20) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Do ponto de vista formal, a Constituição pode ser conceituada como o conjunto de normas pertinentes aos elementos básicos ou institucionais da organização política, a saber, à forma de Estado, à natureza do regime, à moldura e competência do poder, à defesa, conservação e exercício da liberdade.

II. A Carta Suprema de 1988 pode ser classificada como uma Constituição codificada, escrita, dogmática, promulgada, rígida, prolixa e analítica.

III. Desde que não esteja em vigor no país situação de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio, a Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta apresentada pelo Presidente da República, excetuando-se como objeto da referida proposta as matérias tendentes a abolir a forma federativa de Estado; o voto direto, secreto, universal e periódico; a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

IV. Ao contrário do que ocorria na Carta Magna de 1934, a Constituição de 1988 não previu o meio revisional para alteração de seu texto.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

### **21) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. As normas constitucionais programáticas explicitam comandos-valores, de aplicação diferida, e como tal não tangenciam a atuação do legislador nem condicionam a atividade discricionária da Administração e do Judiciário.

II. Em face da eficácia ab-rogativa da norma constitucional, não se mostra passível de recepção a lei ordinária editada validamente sob a égide da Constituição anterior, mas que disciplina matéria reservada pela atual Carta Suprema à legislação de natureza complementar.

III. Permanece vigente, com o seu *status* normativo inalterado, a regra da Constituição anterior que não nutre qualquer grau de antinomia ou incompatibilidade com a atual Carta Magna e cuja matéria não tenha sido objeto de nova regulamentação constitucional específica.

IV. Na solução dos problemas jurídico-constitucionais, merece relevo e destaque a aplicação do princípio da força normativa da Constituição, segundo o qual se deve dar prevalência aos pontos de vista que, tendo em conta os pressupostos da Constituição (normativa), contribuem para uma eficácia ótima da lei fundamental.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**22) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Em sua acepção formal e material, o princípio do devido processo legal consiste em uma salvaguarda de ordem processual, traduzida na amplitude de defesa, na igualdade das partes no processo, na citação, no juiz natural, na motivação das decisões judiciais e no acesso ao duplo grau de jurisdição.

II. Consoante entendimento dominante, não viola garantia constitucional, por não existir ilicitude na prova, a gravação de conversação telefônica por um dos interlocutores, vítima, sem o conhecimento do outro, agente do crime.

III. O princípio do duplo grau de jurisdição, no âmbito da recorribilidade ordinária, consubstancia uma garantia constitucional irrestrita.

IV. A Constituição Federal consagra no elenco dos direitos subjetivos do cidadão o da razoável duração do processo administrativo, com os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**23) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O sistema parlamentarista se caracteriza por uma estrutura dualista de executivo, onde o Rei ou o Presidente da República é o Chefe de Estado, enquanto o Chanceler ou Primeiro-ministro é o verdadeiro Chefe do Governo.

II. A Constituição admite a edição de medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos.

III. Perdendo a medida provisória a eficácia em decorrência de sua não conversão em lei e omitindo-se o Congresso Nacional de, no prazo de sessenta dias, editar decreto

legislativo, as relações jurídicas constituídas e decorrentes de atos praticados durante sua vigência conservar-se-ão por ela regidas.

IV. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**24) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Mostra-se cabível em sede de ação direta de inconstitucionalidade por omissão a concessão de provimento liminar.

II. A cláusula de reserva de plenário prevista na Constituição Federal estabelece que a inconstitucionalidade de qualquer ato normativo estatal só pode ser declarada pelo voto da maioria absoluta dos membros do Tribunal ou, onde houver, do respectivo órgão especial, restando tal submissão dispensada, todavia, quando já houver pronunciamento do plenário do STF sobre a questão.

III. A revogação superveniente do ato estatal impugnado faz instaurar situação de prejudicialidade que provoca a extinção anômala do processo de fiscalização abstrata de constitucionalidade, eis que a ab-rogação do diploma normativo questionado opera, quanto a este, a sua exclusão do sistema de direito positivo, causando, desse modo, a perda ulterior de objeto da própria ação direta, independentemente da ocorrência, ou não, de efeitos residuais concretos.

IV. O ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental rege-se pelo princípio da subsidiariedade, de sorte que não será ela admitida sempre que houver qualquer outro meio juridicamente idôneo apto a sanar, com efetividade real, o estado de lesividade emergente do ato impugnado.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**25) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O livre exercício de qualquer atividade econômica é um princípio geral da ordem econômica e não pode sofrer restrição nem limitação por parte da lei ordinária.

II. O sistema financeiro nacional será regulado, segundo a Constituição, por uma lei complementar geral que disporá, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

III. Em face do princípio da livre iniciativa, toda e qualquer pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, tem ampla autonomia para o exercício de atividades econômicas, desde que a sua atuação esteja voltada ao bem-estar social.

IV. A Constituição Federal fixa expressamente os valores de sessenta salários mínimos para União, quarenta salários mínimos para os Estados e Distrito Federal e trinta salários mínimos para os municípios, como valores mínimos que devem ser observados

para a cobrança da dívida de pequeno valor sem necessidade de expedição de precatório.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## **DIREITO PENAL**

### **26) Examine as proposições abaixo e responda:**

- I. Diz-se consumado o crime quando o agente realiza em todos os seus termos o tipo legal da figura delituosa, vindo a necessariamente alcançar o fim por ele pretendido.
- II. Na desistência voluntária, o agente, depois de ultimado o processo de execução do delito, arrepende-se e voluntariamente desenvolve uma nova atividade, evitando que o resultado se consuma.
- III. Na co-autoria, a pessoa colabora com o ilícito em ato penalmente indiferente em si, sem praticar ato de execução ou ter o domínio do fato.
- IV. No estado de necessidade, possibilita a lei que o agente atue para a salvaguarda de bem jurídico alheio e que não possa ser por outro meio protegido.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

### **27) Examine as proposições abaixo e responda:**

- I. O indivíduo que padece de insanidade mental, segundo a doutrina dominante, não pode ser sujeito passivo do crime de constrangimento ilegal.
- II. O crime de seqüestro se caracteriza pela ação delituosa de privar alguém de sua liberdade, com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem, como condição ou preço do resgate.
- III. O titular de mera função pública, de natureza civil ou militar, ainda que sem remuneração, que atenta contra a liberdade de associação do indivíduo, comete abuso de autoridade.
- IV. Ocorrendo a figura da retorsão imediata, que consista em outra injúria, a lei faculta ao juiz se valer do perdão judicial, absolvendo o réu da prática do crime de injúria.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

### **28) Examine as proposições abaixo e responda:**

- I. O estelionato distingue-se da apropriação indébita pelo momento em que o dolo surge. Nesta, o dolo do agente é posterior ao apossamento da coisa, ao passo que, naquele, é anterior à sua entrega.
- II. No delito de apropriação indébita previdenciária, é facultado ao juiz aplicar somente a pena de multa se o agente for primário e de bons antecedentes, e desde que o valor das contribuições devidas, inclusive acessórias, seja igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais..
- III. É isento de pena o agente que comete crime patrimonial de dano em prejuízo de seu cônjuge, na constância da sociedade conjugal.
- IV. A receptação, por ser um crime acessório, tem por pressuposto indispensável a prática de um crime principal anterior contra o patrimônio.
- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29) Sobre os princípios que norteiam o Direito Processual Civil:

- I. O princípio da indeclinabilidade da prestação jurisdicional decorre do direito público subjetivo de ação, que assegura a todo cidadão o acesso ao Poder Judiciário e a obtenção de uma tutela jurisdicional que lhe garanta o direito material vindicado.
- II. O princípio do impulso oficial não se contrapõe ao princípio da inércia inicial, sendo ambos aplicáveis no âmbito do Direito Processual Civil.
- III. Os princípios da identidade física do juiz, da imediatidade e da concentração dos atos processuais atuam como complementos de um outro princípio de Direito Processual Civil, que é o chamado princípio da oralidade, vez que possibilitam a sua melhor operacionalização.
- IV. A norma processual, ao determinar que a colheita de provas deve ser feita direta e pessoalmente pelo juiz, consagra o princípio da imediatidade.
- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

30) Em relação à ação e aos seus elementos:

- I. O direito de ação é um direito subjetivo, abstrato, autônomo e independente em relação ao direito material invocado, sendo que para o seu exercício regular faz-se mister a observância de determinadas condições.

II. O direito brasileiro adota a teoria das três identidades, considerando as partes, o pedido e a causa de pedir como elementos identificadores da ação; assim, no exame da identidade entre ações, não tem relevância a posição jurídica - ativa ou passiva - em que se encontram as partes nos feitos em exame.

III. A fundamentação jurídica integra o conceito de causa de pedir.

IV. O exame da identidade entre ações tem importância curial para o julgador apreciar a verificação de preempção, litispendência e coisa julgada.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

31) Sobre a petição inicial:

I. A perpetuatio iurisdictionis não ocorre com a simples propositura e distribuição da ação, fazendo-se necessária a citação válida do réu para que se forme a relação jurídica processual.

II. São requisitos da petição inicial, dentre outros, a exposição dos fatos e dos fundamentos legais do pedido, o requerimento para a citação do réu e a indicação do juiz ou o tribunal a que é dirigida.

III. A petição inicial, sempre quando indeferida pelo juiz, impõe a extinção do processo sem julgamento de mérito.

IV. Indeferida liminarmente a petição inicial, poderá o autor interpor o recurso de apelação, sendo ao juiz facultado, no prazo de quarenta e oito horas, exercer o juízo de retratação; uma vez mantida a decisão, e após a oitiva do réu, os autos deverão ser encaminhados ao tribunal competente para a devida apreciação.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

32) Sobre o pedido no Direito Processual Civil:

I. O pedido imediato é o que define a natureza da ação proposta e atua como limitador da atividade jurisdicional.

II. Quando postula o autor que o réu se abstenha da prática de algum ato, tolere alguma atividade, preste ato ou entregue coisa, poderá apresentar pedido cominatório de multa pecuniária para o caso de descumprimento; não havendo o referido pleito acessório, não pode o juiz impor a mencionada penalidade, vez que a norma processual veda a condenação do réu em quantidade superior ao que foi demandado.

III. Não é possível a cumulação de pedidos quando para cada um deles corresponder tipo de procedimento diverso.

IV. A parte poderá formular pedidos alternativos, a fim de que o juiz, não conhecendo de um deles, possa conhecer do outro.

- a) Há apenas uma proposição correta.

- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

33) Quanto às provas no processo civil:

- I. Quando contestada a assinatura aposta em documento particular juntado aos autos do processo, incumbe à parte que o produziu o ônus de provar a sua autenticidade.
- II. A testemunha, quando intimada a comparecer à audiência para depor, deverá ser previamente informada sobre a natureza da causa.
- III. A inspeção judicial somente pode ser feita na presença das partes ou de seus advogados.
- IV. Sendo o processo o destinatário da prova, uma vez juntado um documento aos autos por uma das partes, esta não mais poderá desentranhá-lo, mesmo com a anuência da parte adversa.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

34) Especificamente em relação à confissão:

- I. A confissão judicial provocada pode ser feita pela própria parte ou por mandatário com poderes específicos.
- II. A confissão judicial obtida com vício de vontade somente pode ser revogada por meio de ação anulatória proposta pelo confitente.
- III. Não se admite a confissão extrajudicial feita oralmente.
- IV. A confissão extrajudicial feita por escrito a quem representa a parte tem a mesma eficácia probatória probante da confissão judicial.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

35) Sobre a coisa julgada:

- I. Salvo em situações excepcionais, as sentenças proferidas em ações cautelares não fazem coisa julgada material.
- II. As sentenças que acolhem ou rejeitam o pedido do autor fazem coisa julgada formal.
- III. A decisão sobre questão prejudicial, apresentada de forma incidental no processo, poderá fazer coisa julgada material.
- IV. As decisões proferidas em procedimentos de jurisdição voluntária não produzem coisa julgada material.

- a) Há apenas uma proposição correta.

- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

36) Em relação aos recursos no processo civil:

I. O juízo de admissibilidade do recurso deve ser exercido pelo juízo de origem e pelo órgão ad quem; já o juízo de mérito do recurso, pela atual sistemática do processo civil, não pode em nenhuma hipótese ser exercido pelo juízo a quo.

II. O preparo integral do recurso deve ser comprovado no ato da sua interposição, sob pena de deserção.

III. Havendo sucumbência recíproca, a parte recorrida, durante o prazo concedido para as contra-razões, poderá interpor recurso adesivo, que deverá versar sobre matéria relacionada com a do recurso principal ao qual fica subordinado; em havendo desistência do apelo principal, ou sendo ele deserto, o recurso adesivo não será conhecido.

IV. A renúncia ao direito de recorrer e a desistência do recurso pela parte recorrente não dependem da anuência do recorrido, mas somente surtirão os efeitos jurídicos se formalizados por petição nos autos até o momento do julgamento pelo órgão ad quem.

- a) Há apenas uma proposição correta.
- b) Há apenas duas proposições corretas.
- c) Há apenas três proposições corretas.
- d) Todas as proposições são corretas.
- e) Todas as proposições são falsas.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**37) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Pelo princípio da legalidade, o comportamento administrativo tem na lei formal a sua sede exclusiva, sua fonte única e seu limite.

II. O princípio da eficiência, inserido na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19, veio acrescentar, de forma expressa, aos deveres da Administração Pública o de persecução do bem comum, por meio do exercício de suas competências de forma imparcial, neutra, transparente, participativa, eficaz, sem burocracia e sempre em busca da qualidade.

III. O princípio da proporcionalidade, tal como desenhado no direito alemão, integra de modo implícito o nosso sistema, como um princípio constitucional não-escrito, e se desdobra em três aspectos: a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito.

IV. O princípio da impessoalidade administrativa possui um conteúdo positivo e negativo, haja vista que por meio dele não apenas se assegura que a neutralidade e a objetividade têm que prevalecer em todos os comportamentos da Administração Pública, mas ainda que esta não pode praticar atos que tenham motivo ou finalidade despojados daquelas características.



- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**38) Examine as proposições abaixo e responda:**

- I. A teoria dos motivos determinantes não se aplica aos atos administrativos ditos discricionários.
- II. O ato administrativo nulo não gera efeito nem se mostra passível de conversão.
- III. Uma vez declarada a invalidade do ato administrativo, com a sua conseqüente anulação, a eliminação de seus efeitos se dá de forma *ex nunc*, tolhendo-se o seguimento para o futuro, mas respeitando-se as situações passadas.
- IV. Ao revés do ato nulo, o ato administrativo anulável pode ser convalidado.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**39) Examine as proposições abaixo e responda:**

- I. O poder regulamentar é a faculdade de que dispõem os Chefes dos Poderes da República de expedir decretos autônomos sobre matérias de suas competências ainda não inteiramente disciplinadas por lei.
- II. O poder hierárquico não transforma o subalterno em autômato executor de ordens superiores, sendo lícita a recusa em cumprir a determinação que se mostra manifestamente ilegal ou inadequada quanto aos seus aspectos de conveniência e oportunidade.
- III. No Direito Administrativo, não se aplica ao poder disciplinar o princípio da pena específica que domina inteiramente o Direito Penal, podendo o administrador, ao constatar o cometimento da falta, aplicar a sanção que julgar cabível, oportuna e conveniente, dentre as que estiverem enumeradas em lei ou regulamento para a generalidade das infrações administrativas.
- IV. Em sua acepção lata, o poder de polícia consiste na atividade estatal de condicionar a liberdade e a propriedade ajustando-as aos interesses coletivos.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**40) Examine as proposições abaixo e responda:**

- I. Os atos administrativos discricionários não estão sujeitos a controle jurisdicional, pois a invalidação daqueles implicaria necessariamente em análise de aspectos de

conveniência e oportunidade, o que em obséquio ao princípio da separação dos poderes é vedado ao Poder Judiciário.

II. Os atos praticados no processo de aprovação de leis e emendas, por serem de natureza *interna corporis* no âmbito do parlamento, encontram-se imunes ao controle jurisdicional.

III. Em uma licitação irregular, contrária à moralidade administrativa e ao erário, onde foi declarada vencedora uma proposta que atenta contra as disposições constantes da lei e do edital, a empresa licitante prejudicada tem a via do controle da ação popular para reparar o seu direito violado, anulando o ato administrativo fraudulento e responsabilizando os beneficiários e os funcionários culpados.

IV. Dentre os privilégios assegurados à Administração Pública quando em juízo, merece destaque o do duplo grau de jurisdição, que se constitui em uma forma de controle da legalidade de todas as decisões proferidas contra o ente público, em face do interesse maior em discussão.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

#### **41) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Agentes públicos, em geral, são pessoas físicas, mas também podem ser pessoas jurídicas privadas ou governamentais incumbidas de uma função ou atividade estatal em situações determinadas e especiais.

II. Considera-se servidor público o ocupante de cargo público no âmbito da Administração Direta.

III. O membro do Poder Judiciário é considerado agente político e, como tal, não se encontra subordinado a superior hierárquico no exercício de suas atribuições típicas.

IV. De acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Público Civis da União, a mera posse em outro cargo é caso de vacância do cargo público atual exercido pelo servidor público.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## **DIREITO CIVIL**

#### **42) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Salvo disposição contrária, a lei entra em vigor em todo o país na data de sua publicação no Diário Oficial.

II. Ao legislador, quando ab-roga lei que revogou uma outra lei anterior, é vedada a concessão de efeito repristinatório.

III. Sob pena de violar o princípio maior da segurança jurídica, a lei não pode gerar efeitos retroativos.

IV. Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**43) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Toda pessoa tem capacidade de gozo ou de direito.

II. Os direitos da personalidade são intransmissíveis, indisponíveis, irrenunciáveis, imprescritíveis e inalienáveis.

III. O partido político, enquanto pessoa jurídica de direito privado, obriga-se pelos atos de seus administradores exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

IV. O Código Civil autoriza a que o juiz, de ofício ou quando provocado, em caso de abuso da personalidade jurídica, estenda os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**44) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. O servidor público tem domicílio necessário, fixado por lei, que é o lugar onde ele exerce permanentemente suas funções.

II. O espólio não é pessoa jurídica, não tendo, em consequência, personalidade jurídica.

III. Os direitos autorais são considerados bens móveis para os efeitos legais.

IV. Os bens móveis podem ser infungíveis.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**45) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. No ato jurídico em sentido estrito, a emissão da vontade do agente e sua respectiva conformidade com a lei elevam a plano superior, para o fim de produção do efeito reconhecido pela ordem jurídica, o elemento volitivo.

II. O depoimento de um cego não pode ser admitido como prova de celebração de um ato jurídico

- III. O silêncio pode ser fato gerador de um negócio jurídico.  
IV. O testamento é um negócio jurídico unilateral não receptício.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.  
b) Há apenas duas proposições verdadeiras.  
c) Há apenas três proposições verdadeiras.  
d) Todas as proposições são verdadeiras.  
e) Todas as proposições são falsas.

**46) Examine as proposições abaixo e responda:**

- I. O falso motivo, em regra, vicia a declaração de vontade e torna o negócio jurídico passível de anulação.  
II. O dolo acidental, quando afeta a declaração da vontade, desviando-a de sua real intenção, constitui-se em causa para anulação do negócio ou redução da prestação acordada, a critério da vítima.  
III. A coação, ainda que praticada por terceiro, desde que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família ou aos seus bens, torna o negócio jurídico inevitavelmente insubsistente.  
IV. O negócio jurídico nulo não é suscetível de conversão ou de convalidação pelo decurso do tempo.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.  
b) Há apenas duas proposições verdadeiras.  
c) Há apenas três proposições verdadeiras.  
d) Todas as proposições são verdadeiras.  
e) Todas as proposições são falsas.

## **DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO**

**47) Examine as proposições abaixo e responda:**

- I. Nos moldes da jurisprudência consolidada no âmbito do excelso STF, a imunidade de jurisdição dos Estados Estrangeiros, embora formalmente assegurada pela Convenção de Viena de 1961, vem sendo relativizada e atualmente não mais constitui obstáculo à responsabilização perante a Justiça do Trabalho, já que o ato de contratar empregado é considerado como de mera gestão.  
II. A idéia da adoção de uma cláusula social no âmbito da Organização Mundial do Comércio – OMC, defendida, em sua maioria, pelos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos e pelas empresas transnacionais dos países desenvolvidos, visa abrandar os efeitos do selvagerismo advindo da alta competitividade do sistema capitalista, inserindo-se em tratados comerciais a imposição de respeito a direitos e condições básicas do trabalhador, evitando a exploração e assegurando uma existência minimamente digna.  
III. Perante o direito brasileiro, é necessário que o Congresso Nacional se manifeste a respeito de todo e qualquer tratado, para que possa existir a ratificação, passando, só então, a norma internacional a integrar validamente o direito interno.

IV. A Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho é uma reafirmação universal do compromisso dos Estados Membros e da comunidade internacional em geral de respeitar, promover e aplicar um patamar mínimo de princípios e direitos no trabalho, que estão recolhidos em oito Convenções que cobrem quatro áreas básicas: liberdade sindical e direito à negociação coletiva, erradicação do trabalho infantil, eliminação do trabalho forçado e não discriminação no emprego ou ocupação.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**48) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. A OIT é dirigida pelo Conselho de Administração, que se reúne três vezes ao ano em Genebra, sendo este o órgão responsável pela elaboração e controle de execução das políticas e programas da Organização, pela eleição do Diretor Geral e pela elaboração de uma proposta de programa e orçamento bienal.

II. A Convenção de Viena de 1963 assegura, junto ao Estado receptor, imunidade de jurisdição às repartições consulares e a seus funcionários de carreira, privilégio este que pode ser por eles renunciado, desde que de forma expressa.

III. A tendência brasileira, evidenciada de forma eloqüente no Enunciado nº 207 do Tribunal Superior do Trabalho, é no sentido de adotar a *lex loci executionis* como critério de aplicação da lei ao contrato de trabalho executado também em país estrangeiro.

IV. Para os efeitos da Convenção nº 182 da OIT, que trata das piores formas de trabalho infantil, o termo criança aplicar-se-á a toda pessoa menor de 16 anos.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

**49) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. A seguridade social é o conjunto integrado de normas de iniciativa da União, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e assistência social.

II. Em face do princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, a assistência social é prestada indistintamente a quem dela necessitar e tiver efetivamente contribuído para o sistema de seguridade.

III. Os serviços de saúde integrantes do complexo da seguridade social constituem um sistema único, organizado por meio de uma rede regionalizada e hierarquizada.

IV. As iniciativas e ações no âmbito do sistema de seguridade social são privativas do Poder Público, enquanto dever precípua imposto pela Constituição ao Estado.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.

**50) Examine as proposições abaixo e responda:**

I. Por força do princípio da equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, os critérios para a concessão das prestações de seguridade social deverão de ser os mesmos, porém, tratando-se de previdência social, o valor de um benefício pode ser diferenciado.

II. É princípio constitucional da seguridade social o caráter democrático e descentralizado da administração, marcado por uma gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

III. Pelo princípio da diversidade da base de financiamento, a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, inclusive por meio de recursos oriundos de contribuições incidentes sobre a receita de concursos de prognósticos.

IV. É possível a adoção de alíquotas ou base de cálculo de contribuições diferenciadas para as empresas vinculadas ao sistema da seguridade social, o que não implica em transgressão ao princípio da equidade na forma de participação no custeio.

- a) Há apenas uma proposição verdadeira.
- b) Há apenas duas proposições verdadeiras.
- c) Há apenas três proposições verdadeiras.
- d) Todas as proposições são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são falsas.